



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000324784

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2004731-34.2025.8.26.0000/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante ESTADO DE SÃO PAULO, são embargados CLAUDETE TEREZINHA DRUZIAN PINHEIRO, ANNA SEBASTIANA COELHO RIBEIRO, GILBERTO OLIVAR VIEIRA, ABD ELCARIM DIB, SYNESIO DE OLIVEIRA CABO, ESMEIRE FERREIRA ALVES, ARACILDA MARIA BARBOSA CABO, EDMARY FOLCHETTI MONTEIRO, MARIA JAMILE SIMÃO CURY, LUCIA MARIA RIBEIRO PUGLIA DA SILVA, WILMA MELO GONZALEZ, MAFALDA GIOLO GONÇALVES, MARIA GESSI MARTINS, MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA MANSUR, ESTELA MARIA REBECCA QUEIROZ, DOROTHY VERA LAZZARI MONTAGNINI, RUZIVELT ADÃO, EDERLY MARIA MARTINS WANSÁ, VILMA BORGES CONCEICAO ADAO, VITORIA HELENA CUNHA ESPOSITO, HELENA CURIACOS NALLIN, MARIA APPARECIDA PROSPERO GAIA PUOLI, IZAURA ZANNI BELOTTO, MARIA DORALICE MALAMAN CORRENTE, JOSE MAGNUS NOGUEIRA, MARIA APPARECIDA PEREIRA DE SOUZA GOMES, DINORAH AMARAL DE CAMARGO, MARIA DE LOURDES THOMAZI FOGGETTI e MARIA NEIDE GUELFY RIBEIRO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RICARDO DIP (Presidente sem voto), AFONSO FARO JR. E AROLDO VIOTTI.

São Paulo, 1º de abril de 2025.

OSCILD DE LIMA JÚNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 33.582

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº
2004731-34.2025.8.26.0000/50000
COMARCA: SÃO PAULO
EMBARGANTE: FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBARGADOS: CLAUDETE TEREZINHA DRUZIAN PINHEIRO E
OUTROS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Efeitos Infringentes – O acolhimento dos embargos declaratórios predispõe a ocorrência de um dos pressupostos apontados no art. 1.022 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), quais sejam, a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade e até mesmo erro material, mas não podem se prestar, a não ser em casos excepcionalíssimos, a dar efeitos infringentes ao julgado – Inexistência de quaisquer dessas hipóteses.

Embargos rejeitados.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Fazenda do Estado de São Paulo, em relação ao v. acórdão de fls. 197/201, que deu provimento ao recurso, para reformar a r. decisão proferida, a fim de determinar o fornecimento dos informes oficiais necessários à liquidação do julgado.

A embargante sustenta, em síntese, ser absolutamente falsa a asserção de que a ausência de informes oficiais (planilhas) impossibilita o prosseguimento da execução: os cálculos podem ser elaborados com base nos holerites disponibilizados na internet pela Fazenda.

Argumenta, ainda, que o desenvolvimento de

políticas públicas voltadas à transparência franqueou aos servidores paulistas acesso a seus holerites por meio de endereços eletrônicos, de uso comum e simplificado.

Tem por fim, ainda, instar o prequestionamento, com o objetivo de interpor recurso nas instâncias superiores.

É o relatório do necessário.

Conheço dos embargos de declaração opostos, pois tempestivos, mas os rejeito no mérito.

Diversamente do que sustenta a embargante, os embargados pugnam pelo acesso aos informes oficiais e não aos seus demonstrativos de pagamento.

Destarte, há, nestes embargos, clara tentativa de reapreciação da matéria já julgada no acórdão proferido, isto porque, nas razões expostas em sua peça processual, a embargante não aponta nenhum dos vícios dispostos no art. 1.022 e seus incisos, do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), quais sejam, a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade, ou até mesmo de erro material.

Dessa forma, eventual apreciação do pedido formulado nos presentes embargos acarretaria indubitável reapreciação do mérito e, até mesmo, na hipótese de acolhimento dos referidos embargos, dar-se-iam efeitos infringentes ao referido julgado.

Como é cediço, os embargos de declaração não

se prestam à manifestação de inconformismo da parte em relação à decisão proferida.

Veja-se, a propósito, julgado publicado no Informativo nº 0046, do Superior Tribunal de Justiça, período: 7 a 11 de fevereiro de 2000, a pedido de sua Quinta Turma:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.

O Tribunal a quo acolheu os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para não reconhecer o direito dos autores ao reajuste de 84,32% referente à variação do IPC em março de 1990, em virtude do entendimento firmado no STF contrário ao aumento. A Turma deu provimento ao recurso porque o entendimento neste Superior Tribunal e no Supremo Tribunal Federal é de que os embargos declaratórios não são meio processual adequado para reexame da matéria de mérito com o objetivo de ajustá-la à orientação posteriormente firmada. Precedentes citados - no STJ: EDcl no REsp 75.197-SP, DJ 23/6/1997; REsp 141.758-DF, DJ 1º/2/1999; REsp 137.041-RS, DJ 2/3/1998, e EDcl no MS 6.311-DF, DJ 17/12/1999; - no STF: EDcl no ROMS 22.835-4, DJ 23/10/1998, e Ag 165.432-PR, DJ 3/10/1997. (REsp 199.438-RJ, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 8/2/2000, publicado no Informativo nº 0046, Período: 7 a 11 de fevereiro de 2000, da Quinta Turma) (g.n.)

Oportuna, nesta linha de raciocínio, a descrição de trecho do acórdão prolatado pela Corte Especial, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou, à unanimidade, os Embargos de Declaração em Sentença Estrangeira Contestada nº 833, publicado no Diário de Justiça de 29.06.2007, p. 261, cujo Relator foi o Ministro Luiz Fux, a saber:

...Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contradição ou obscuridade, nos

termos do art. 535, I e II, do CPC, ou para sanar erro material. 2. Inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o decisor, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC...

O Pleno do Supremo Tribunal Federal também já se manifestou sobre o assunto, da seguinte forma:

Embargos de declaração em recurso extraordinário. 2. Decisão firmada pelo Plenário desta Corte. 3. Inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade. 4. Efeitos infringentes. Inviabilidade por meio dos embargos de declaração. 5. Embargos de declaração rejeitados.

Decisão

O Tribunal, à unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento a Senhora Ministra Ellen Gracie. Plenário, 03.08.2006. (RE-ED 426059/SC – Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgado em 03/08/2006, Tribunal Pleno, DJ 27.10.2006, p. 32).

Ante o exposto, tendo em vista a inexistência de qualquer vício no julgado embargado, meu voto é pela rejeição destes embargos declaratórios.

OSCILD DE LIMA JÚNIOR
Relator